

A luta institucional contra o neoliberalismo: os discursos dos parlamentares do Partido dos Trabalhadores (1990-2002)

GLAUBER EDUARDO RIBEIRO CRUZ¹

Resumo: O texto tem o objetivo de analisar o combate ao neoliberalismo no Congresso Nacional por meio dos discursos dos deputados federais e senadores do Partido dos Trabalhadores entre os anos de 1990 e 2002. As fontes utilizadas são os discursos encontrados no Diário do Congresso Nacional, Diários da Câmara dos Deputados e Diários do Senado, disponíveis no site da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Na perspectiva metodológica, o método da análise de discurso feito é baseado na construção de valores sociais por meio das linguagens políticas, dos atores e dos contextos históricos, lingüísticos e políticos. Os discursos dos parlamentares petistas consolidaram suas carreiras políticas por meio da luta contra o neoliberalismo: criticando as privatizações, denunciando as consequências sociais do modelo neoliberal, mostrando especificidades e singularidades como atores políticos e priorizando a cidadania como opção política fundamental para o país.

Palavras-chaves: Partido dos Trabalhadores, Discurso parlamentar, Neoliberalismo.

A década de 1990 foi marcada por ideias políticas divergentes no Brasil: de um lado, a proposta neoliberal com o princípio de redução do Estado, e de outro lado, as esquerdas no país lutando a favor da existência do Estado como necessário para a vida social. O debate político presente na Câmara dos Deputados e no Senado mostrou como o neoliberalismo foi colocado em prática e como os parlamentares do Partido dos Trabalhadores lutaram contra a efetivação das ideias neoliberais implantadas nos Governos Federais.

É necessário explicitar as fontes que serão utilizadas no texto: os discursos dos deputados federais e dos senadores do Partido dos Trabalhadores (PT) localizados no Diário do Congresso Nacional (1990-1995), no Diário da Câmara dos Deputados (1995-2002) e no Diário do Senado Federal (1990-2002) encontrados no site oficial da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. E As fontes partidárias também serão importantes como referência bibliográfica e instrumento ideológico e político de unificação partidária. Porém, consideramos seus alcances e seus limites para o desenvolvimento do texto. Neste

¹ Mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais com a dissertação *A identidade e a carreira parlamentar do Partido dos Trabalhadores nos discursos dos deputados federais e senadores (1983-2006)*. Docente do Estado de Minas Gerais.

ponto, consideramos que a atividade partidária desenvolvida nas instituições políticas, como no plenário do Congresso Nacional, é o *locus* privilegiado de divulgação, definição e construção da concepção de política e da sociedade do Partido dos Trabalhadores.

As ideias políticas neoliberais tiveram influências externas e internas para se consolidarem no Brasil. No âmbito internacional, o neoliberalismo foi defendido como projeto político pelos conservadores na década de 1970, que vinculou o fim da prosperidade e do crescimento capitalista à regulação e do igualitarismo proposto pelo Estado de bem-estar social. A política neoliberal tinha a capacidade para resolução da crise monetária e financeira internacional por meio de ajustes econômicos e tendências protecionistas aos capitalistas e que prejudicaram os trabalhadores com o aumento do desemprego. Para Denise Gros (2003)², na Inglaterra e nos Estados Unidos, a defesa do neoliberalismo aconteceu por meio do enfrentamento com o movimento sindical e a oposição trabalhista, com o objetivo de reversão das leis sociais.

No âmbito interno, o projeto neoliberal só se definiu como resultado da luta de classes, sem um modelo prévio. Para Luiz Filgueiras, o Brasil foi o último país a implantar o neoliberalismo por causa dos distintos interesses das frações do capital e intensa atividade política das classes trabalhadoras na década de 1980, que não conseguiu ultrapassar o limite do economicismo e não tornou hegemônico seu projeto nacional. Enquanto isso, o projeto neoliberal se fortaleceu e se desenhou a partir do fracasso dos planos da década de 1980 e da Assembleia Nacional Constituinte, que concebeu a crise do Estado como um caráter estrutural e desacreditou no projeto desenvolvimentista. A vitória do presidente Fernando Collor de Mello em 1989 redefiniu as relações políticas entre as classes, estimulou a transnacionalização dos grandes grupos de capitais nacionais e mostrou a subordinação da economia aos fluxos internacionais de capitais, “em particular, reconfigurou o bloco dominante e a sua fração hegemônica, com destaque para a consolidação dos grandes grupos econômicos nacionais, produtivos e financeiros” (FILGUEIRAS, 2006, p. 183).³

Na perspectiva de David Maciel, o projeto neoliberal se consolidou no período da Assembleia Nacional Constituinte e com a eleição presidencial de 1989 com a vitória de

² GROS, Denise Barbosa. *Institutos liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2003.

³ FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. *Em publicación: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales*. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006.

Fernando Collor de Mello. A defesa da política neoliberal pelo Governo Federal entre os anos de 1990 e 1992 procurou atender os interesses burgueses com a política de privatização e de abertura comercial e financeira, e transformou os direitos sociais e dos trabalhadores em benefícios. O neoliberalismo tentou suprimir e revisar os direitos sociais e dos trabalhadores conquistados na Constituição Federal de 1988 e representou o “acirramento progressivo da crise de hegemonia burguesa iniciada em 1987 com o colapso do Plano Cruzado e o início do processo constituinte” (MACIEL, 2011, p. 99).⁴

Para Denise Gros, os Institutos Liberais mantidos por empresários na Nova República atuaram para a difusão dos princípios do neoliberalismo entre as elites brasileiras e defendendo os interesses da burguesia brasileira, pois se constituíam “como entidades civis, cujo eixo central de atividade é a ideologia, a difusão de sua concepção de mundo.” (GROS, 2004, p. 144).⁵ O trabalho de doutrinação da elite e da formulação de projetos de políticas públicas de cunho liberal mostrou a existência de vínculos nacionais e internacionais com a difusão dos princípios do liberalismo com a supremacia do indivíduo sobre o Estado: “considerados por eles os mais eficazes para orientar as medidas de promoção do bem-estar moral e material dos indivíduos” (GROS, 2004, p. 145).

Dentre os princípios mais difundidos pelos Institutos Liberais estavam a liberdade como econômica, a supremacia do mercado e a crítica ao planejamento e regulação do Estado, a propriedade privada. A forma de divulgação dos Institutos Liberais com a variedade de atividades como boletins informativos, livros, revista, cursos, colóquios proporcionaram “aos participantes a oportunidade de debater ideias com especialistas de diversas áreas do conhecimento e de várias nacionalidades, esses encontros auxiliam na formação de um corpo técnico capacitado a subsidiar o movimento neoliberal”. (GROS, 2004, p. 148).

Na concepção dos neoliberais, o Estado brasileiro estava em crise de racionalidade e de legitimação, com o esgotamento e a paralisia fiscal, que mostrava o limite do Estado desenvolvimentista e intervencionista. A crise era o momento fundamental para o realinhamento dos compromissos entre o Estado e a sociedade, para consolidação do desenvolvimento econômico, da reconstrução nacional, da economia de livre mercado e da

⁴ MACIEL, David. De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Goiânia, 2008.

⁵ GROS, Denise B. Institutos Liberais, neoliberalismo e políticas públicas na Nova República. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 19, n.54, p. 143-159, 2004.

modernização como soluções para a inflação. As propostas neoliberais eram para a não intervenção do Estado na economia, pela liberdade econômica como pressuposto da liberdade política e social, pela cooperação das classes que substituiu a luta entre as classes sociais, e pela justiça e a harmonia social como critérios para a reforma do Estado.

Embora, então, muito se tenha evoluído com as ações do governo, a Reforma do Estado e a liberação econômica são os últimos patamares a serem conquistados. Tudo aquilo que foi proposto em 1989, que teve seu início em 15 de março de 1990 e que se encontrava numa encruzilhada no início do ano de 1991, são processos em implantação e as bases para isto estão dadas pelas próprias ações do governo, pelas privatizações, pelas Reformas Administrativa, Tributária e Constitucional, e pela quebra de monopólios e reserva de mercado para se alcançar a justiça social (ALVES, 2005, p. 15).⁶

Os planos de estabilização monetária no Governo Collor tiveram como efeito atacar e reduzir o funcionalismo público, ampliar o investimento do capital estrangeiro, desvalorizar as empresas estatais, controlar o déficit público, dificultar a articulação dos sindicatos e a produção nacional, impulsionar as privatizações, aumentar o desemprego e rebaixar o poder aquisitivo dos salários.

No governo Collor, a formulação e a implantação do neoliberalismo aconteceram por meio de reduzida participação política do Legislativo, da elaboração de medidas provisórias do Governo Federal e da composição ministerial feita principalmente por técnicos, demonstrando a desvalorização dos partidos como atores políticos. Por isso, no ano de 1991 houve a deslegitimação e a perda da direção política pelo Governo Federal, que tentava a aproximação com partidos e lideranças políticas conservadoras. Para Rachel Meneguello, a ocupação partidária nos ministérios no Governo Collor expressou “uma dinâmica de concessão de controle partidário sobre pastas ministeriais como um mecanismo de obtenção de apoio no Congresso” (MENEGUELLO, 1998, p. 116).⁷ Neste ponto, a prática neoliberal ficava comprometida no país com o *impeachment* do presidente da República, por causa da falta “de uma coalizão política ampla o suficiente para sustentar o governo e a aplicação continuada e progressiva do programa neoliberal” (MACIEL, 2011, p. 107).

⁶ ALVES, Gustavo Biasoli. Discurso, reforma do Estado e ideologia neoliberal no governo Collor. In: *II Seminário de Estudos em Análise do Discurso: o campo da Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. Porto Alegre - RS, 2005.

⁷ MENEGUELLO, Rachel. *Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997)*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

No 8º Encontro Nacional, realizado entre os dias 11 e 13 de junho de 1993, no Centro de Convenções em Brasília, o PT definiu a necessidade de realização de reformas democráticas e populares para combater os monopólios sobre a economia nacional. Para o partido, a atuação das elites na economia nacional por meio dos monopólios eram obstáculos para as reformas, com a contradição existente entre o discurso e a prática neoliberal no país, pois “as mesmas elites que defendem, de forma absoluta, o programa de privatizações e a redução do Estado na atividade econômica não abrem mão dos benefícios fiscais, isenções, subsídios e empréstimos generosos nos bancos oficiais” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 552).

A prática neoliberal no país mostrou os interesses da iniciativa privada e da defesa do livre mercado na área econômica, que representaram a liberdade econômica. As tentativas para minimização do Estado brasileiro mostraram os limites das propostas neoliberais na política, com a recusa da participação partidária na definição do projeto político para o país, e na sociedade, com a diminuição e a omissão estatal na relação entre trabalhadores e empresários, o que dificultou as conquistas dos movimentos sociais. Neste momento, o Partido dos Trabalhadores refletiu sobre a contradição existente no discurso e na prática neoliberal, que consistiram em criticar o Estado e ter seus benefícios garantidos pela instituição estatal.

Os argumentos governistas para a política neoliberal estavam no reordenamento, na eficiência da produção, da gerência e do racionamento da função estatal. A política de privatização defendida pelo Governo Federal funcionava, naquele momento, como uma carta branca para privatizar o patrimônio público. Para Paulo Paim, a intenção governista era entregar, a preços irrisórios, as empresas estatais que geravam altos lucros para o Estado ao capital nacional e internacional. Para o PT a perspectiva de desenvolvimento nacional e do aumento da produtividade não aconteceu “pela simples transferência de atividades, hoje exploradas pelo Estado, para a iniciativa privada, mas sim, por um projeto de desenvolvimento industrial, discutido amplamente com todos os setores representativos da sociedade e, principalmente, discutido com os trabalhadores”.⁸

Para o Governo Federal, as empresas estatais eram deficitárias e os funcionários públicos ineficientes, o que levava à desvalorização, à discriminação e ao sucateamento dos investimentos do Estado. José Genoíno reconheceu a necessidade do debate sobre as

⁸ Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLV, nº. 96, 23/8/1990, p. 9522.

reformas pelo Congresso Nacional, “porém não nos moldes aplicados pelo Governo. Temos que rever profundamente esse processo, não só de sucateamento, como de aprofundamento da crise social, em função das demissões injustas, o que aumentará ainda mais a miséria dos trabalhadores”.⁹

O Governo Federal tentava quebrar o monopólio das empresas estatais em áreas estratégicas para a produção nacional, tais como o petróleo e as telecomunicações, visando derrubar as conquistas constitucionais sobre as empresas brasileiras de capital nacional e empresas brasileiras de capital estrangeiro. Para Paulo Rocha, os bancos estrangeiros, o FMI e o presidente Collor tentavam facilitar a entrada do capital internacional nas empresas estatais, em que “o novo conceito que está sendo imposto pelas forças conservadoras e o capital internacional é o de que empresa brasileira é aquela que está instalada no solo brasileiro, sem importar se o seu capital é nacional ou estrangeiro”.¹⁰ Para o deputado federal, a soberania da nação estava relacionada ao setor de telecomunicações, que tinha uma posição estratégica e pública desses serviços.

Com um padrão internacional de serviços, o sistema Telebrás, hoje, possui as tarifas locais mais baixas do mundo, não depende de recursos da União, tem o mais alto índice de produtividade por empregado, contribuindo, dessa forma, para respostas qualitativas do sistema, com sua presença social e efetiva em todos os recantos, prestando um serviço padronizado e sem discriminações.¹¹

A desvalorização criada para os trabalhadores públicos e as empresas estatais era a justificativa governamental para sucatear e ignorar a função do Estado brasileiro, bem como para priorizar o capital e as empresas internacionais na condução do neoliberalismo no Brasil. A falta de critérios para a privatização das estatais representou a truculência e a agilidade para a implantação neoliberal no país. A desvalorização das empresas estatais mostrou a tentativa de nivelamento das empresas públicas e privadas, como se os métodos, os objetivos e os resultados fossem similares e direcionados para o lucro, sem a preocupação com as necessidades da sociedade brasileira.

Na disputa eleitoral de 1994, a proposta neoliberal foi defendida na candidatura de Fernando Henrique Cardoso pelo Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB). Um partido continuador do projeto neoliberal, que teve o apoio dos partidos conservadores e

⁹ Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLV, nº. 166, 7/12/1990, p. 13758.

¹⁰ Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLVII, nº. 72, 22/5/1992, p. 10054.

¹¹ Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLVII, nº. 105, 9/7/1992, p. 16174.

defensores da aplicação do Consenso de Washington no Estado brasileiro. O Consenso de Washington tornou-se “o receituário imposto por agências internacionais para a concessão de créditos: os países que quisessem empréstimos do FMI, por exemplo, deveriam adequar suas economias as novas regras” (NEGRÃO, 1996, p. 106-107).¹² As regras do Consenso de Washington estavam centradas “doutrinariamente na desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira e redução do tamanho e papel do Estado” (NEGRÃO, 1996, p. 107).

A vitória do PSDB em 1994 aconteceu sob a influência do Plano Real. O Governo Federal do PSDB teve como características neoliberais: o aumento do desemprego e do emprego informal; a abertura econômica para o mercado; a centralização das decisões no Executivo; a realização de privatizações; a presença do capital especulativo e a desqualificação dos políticos, que não participariam da estabilidade monetária e das reformas no Brasil.

As interpretações sobre a vitória eleitoral no ano de 1994 utilizaram a estabilidade monetária e as reformas do Estado como justificativas principais. Para Rachel Meneguello (1998), a política econômica formulada pelo PSDB no Governo Federal de Itamar Franco como plano de combate a inflação e a estabilidade da moeda contribuiu para a implantação do Plano Real. “A vitória de Fernando Henrique na eleição presidencial de outubro de 1994 ilustra fortemente os benefícios do controle partidário de ministérios centrais às ações de governo” (MENEGUELLO, 1998, p. 136).

Para André Pereira Guiot (2006), a reforma do Estado era proposta desde a formação do PSDB como partido político, que juntamente com a abertura e a liberalização econômica “constitui o cerne do projeto neoliberal da terceira via peessedebista. No entanto, sua efetivação em ‘política do Estado’ o faz empreender esforços no caminho do seu aprimoramento” (GUIOT, 2006, p. 138).¹³ Para o autor, a estabilização econômica, os controles da inflação e do déficit público garantiram “o aval necessário para a mudança de rumo. Condição indispensável também seria uma política macroeconômica que

¹² NEGRÃO, João José de Oliveira. O governo FHC e o neoliberalismo. *Lutas Sociais* (PUCSP), São Paulo, v. 1, p. 103-112, 1996.

¹³ GUIOT, André Pereira. *Um ‘Moderno Príncipe’ para a burguesia brasileira: o PSDB (1988-2002)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Niterói, 2006.

compreendesse a abertura da economia, a desregulamentação e a privatização” (GUIOT, 2006, p. 139).

Para Brasília Sallum Júnior, a eleição presidencial de 1994 mostrou o papel da liderança de Fernando Henrique Cardoso e o Plano Real como princípio da universalidade “em torno da continuidade das reformas liberais, da estabilização da economia e da tomada do poder político central” (SALLUM JÚNIOR, 2003, p. 43).¹⁴ Para o autor, os critérios citados foram apenas uma peça do momento maquiaveliano, “cujo elo principal foi a aliança política entre partidos de centro e direita em torno de um projeto de tomada de poder e de reconstrução do Estado em uma perspectiva liberal” (SALLUM JÚNIOR, 2003, p. 44).

No 11º Encontro Nacional, realizado entre os dias 29 e 31 de agosto de 1997, no Hotel Glória no Rio de Janeiro, o PT afirmou que Fernando Henrique Cardoso era a solução das elites empresariais e políticas para retomar o projeto neoliberal e que a aprovação da emenda da reeleição reafirmou a força política da coalizão conservadora no Brasil. Na perspectiva do partido, política neoliberal desenvolvida desde a posse do presidente Fernando Collor de Mello em 1990 foi consolidada pelo PSDB entre os anos de 1995 e 1997 como “uma estratégia de inserção subordinada do País à economia internacional e desarticulação do Estado Nacional, que perde capacidade de indução, fiscalização e regulação da economia” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 552).

Neste ponto o PT se colocava juntamente com a luta popular. Os partidos de esquerda e os setores da sociedade civil eram a oposição ao neoliberalismo, questionando sua capacidade para viabilizar o crescimento e o enfrentamento da pobreza no país. Na concepção partidária, o nacional, o social e o democrático eram os critérios necessários para o combate ao neoliberalismo e como projeto político e de desenvolvimento para o país. O nacional, com a busca pela presença soberana do país na ordem internacional; o social, com o enfrentamento da exclusão social na sociedade brasileira; e o democrático, com a ampliação da garantia da cidadania e da reforma do sistema político como mecanismos de controle do Estado pela sociedade brasileira. A resistência as ideias

¹⁴ Para o autor, o liberalismo econômico praticado pelo governo foi moderado, ver: SALLUM JÚNIOR, Brasília. Metamorfoses do Estado no final do século XX. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n.52, p. 35-55, 2003.

neoliberais aconteceram por meio da luta e “das grandes mobilizações populares e ações institucionais de suas bancadas parlamentares” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 656).

A crença na possibilidade de apoio popular para a luta institucional sobre o neoliberalismo mostrou a dificuldade do PT e dos partidos de esquerdas na atuação dentro das instituições políticas. A força política neoliberal no Congresso Nacional delimitou aos petistas a tentativa de mobilização da sociedade para o questionamento à estabilidade monetária e às reformas como conquistas sociais. Por um lado a transformação dos aspectos econômicos em conquistas sociais era o critério para a sustentação neoliberal como projeto político para a sociedade brasileira, por outro, o nacional, o social e o democrático eram o projeto político para combater o neoliberalismo na política brasileira.

O início do Governo Federal do PSDB utilizou a privatização com o objetivo de suprir o déficit público e alimentar os juros altos, por meio do desmanche de setores com excelência no serviço público, a exemplo dos setores elétrico¹⁵, bancário¹⁶, mineração¹⁷. O método de privatização praticado pelo Governo Federal do PSDB era a contratação de consultorias estrangeiras para avaliação do patrimônio nacional e os privilégios aos empresários, sem debate e sem participação do Parlamento. A expectativa governista era para a rapidez das privatizações, sem debates com a sociedade brasileira, o que corroborou o método intransigente de governar. Para Paulo Delgado, “querer acelerar o processo de privatização contra o Congresso Nacional, independente dele ou de costas para ele, é perder a noção, num Governo informado, como este, do que tem sido o processo em outros países [têm sido lento]”¹⁸.

O caso específico da área de mineração mostrou como a atitude governista não tinha sustentação com dados e números oficiais. Para Paulo Rocha, o patrimônio da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) incluía jazidas minerais e riquezas incalculáveis, que direcionadas para o desenvolvimento social do Brasil e da Amazônia, beneficiava a economia brasileira. Para o deputado federal, a necessidade da existência de mobilização na sociedade era “mais uma oportunidade para questionarmos como é que o Governo

¹⁵ Ver discurso do deputado federal Fernando Ferro. Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano L, nº. 67, 27/4/1995, p. 7555.

¹⁶ Ver discurso do deputado federal Paulo Rocha. Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano L, nº. 124, 17/8/1995, p. 18727.

¹⁷ Ver discurso do deputado federal Paulo Rocha. Diário da Câmara dos Deputados. Ano L, nº. 17, 27/10/1995, p. 3194.

¹⁸ Diário da Câmara dos Deputados. Ano L, nº. 17, 27/10/1995, p. 3209.

Fernando Henrique Cardoso pensa em entregar para os grupos econômicos internacionais uma empresa que dá lucro”.¹⁹ A divulgação da avaliação das reservas de minerais presentes no subsolo brasileiro com a bauxita em US\$ 2,3 bilhões, o cobre em US\$ 21,6 bilhões, o caulim em US\$ 650 milhões, o manganês em US\$ 1,44 bilhão mostrava qual grave era a perda do patrimônio do Estado brasileiro caso a venda da CVRD fosse efetivada. Paulo Rocha afirmou que a perda e a entrega dos recursos econômicos pelo país geraram desastrosas repercussões como a dependência do Brasil em relação aos países de capitalismo central, pois “nossas riquezas não estão sendo utilizadas para o desenvolvimento da Nação, mas para o enriquecimento de grupos privados nacionais, associados ao capital financeiro internacional”.²⁰

A tentativa do Legislativo de participar e de acompanhar as privatizações por meio da Comissão de Minas e Energia foi frustrada pelo Governo Federal que não quis transparência no processo. Para Fernando Ferro, o Executivo criou a expectativa de governar sozinho o país, excluindo o povo e os seus representantes do debate e “apesar de o Governo estar usando as suas armas mais fortes e sujas para impedir os trabalhos da subcomissão, não vamos esmorecer. Os debates ocorrerão, independente de sua vontade. Não somos vassalos do príncipe. Somos aliados do povo”.²¹

As áreas bancárias, elétricas e de mineração e a falta de negociação como método para as privatizações mostraram que o Governo Federal do PSDB não tolerava nenhum obstáculo para efetivá-las no país e mostrou a renúncia da administração do patrimônio público – bancos, energia e minérios – pelo Executivo. Ao ignorar a participação da sociedade e dos partidos políticos na definição das áreas privatizadas, o Executivo mostrou sua atitude intransigente com os opositoristas, que questionavam a viabilidade das empresas públicas para o Estado brasileiro. A tática da oposição ressaltando o valor do patrimônio das empresas estatais para o país foi um critério adotado na luta parlamentar para combater as políticas de privatização.

A proposta governista para as privatizações foi questionada pela falta de eficiência e de qualidade na prestação de serviços pelas empresas privadas que compraram as estatais. O projeto neoliberal mostrou sua essência com a desregulamentação das áreas privatizadas, a transformação do patrimônio público em privado, a transformação da sociedade em

¹⁹ Diário da Câmara dos Deputados. Ano L, nº. 17, 27/10/1995, p. 3194.

²⁰ Diário da Câmara dos Deputados. Ano LI, nº. 232, 13/12/1996, p. 33139.

²¹ Diário da Câmara dos Deputados. Ano LII, nº. 192, 24/10/1997, p. 33981.

clientes e a retirada da função fiscalizadora do Estado. Para José Genoíno, a contraposição do Governo Federal entre o ineficiente modelo estatal e o moderno modelo privatista²² ignorava a relação entre o público, o privado e a sociedade brasileira e a necessidade de regulação e de fiscalização das empresas privadas fornecedoras de serviços para a sociedade.

Acredito que essas relações deveriam ser definidas por três parâmetros: 1) garantia da qualidade de serviços e de investimentos das concessionárias; 2) garantia de acesso universal aos bens e serviços; e 3) prerrogativa de interferência do Poder Público na definição das políticas tarifárias. Esses parâmetros pressupõem o controle público sobre o fornecimento de serviços por parte das empresas privadas. E o controle público, para ser eficaz, deveria ter uma vertente estatal, com funções fiscalizadoras e reguladoras, e uma vertente do público consumidor, através de conselhos de consumidores, visando garantir a qualidade e a universalização dos serviços.²³

A incapacidade do Estado, construída pelo Governo Federal, se consolidou com a exploração dos serviços básicos por parte de empresas privadas. Para Paulo Delgado, 20 empresas controlavam o capital em 150 países, o que levava ao questionamento da soberania dos Estados nacionais. Para o deputado federal, a pressão governista e social era importante para o funcionamento e a melhoria dos serviços públicos, “portanto, ao Estado e a este Governo, cabe um trabalho talvez maior do que aquele que acaba de transferir à iniciativa privada. O Estado não mais operará, mas as empresas só operarão com eficiência se houver o poder público a cobrar delas esta qualidade”.²⁴

Para Maria Moritz (2006), as consequências das privatizações para o Brasil era que os países mais desenvolvidos mantiveram alta participação no PIB, ou seja, era o desenvolvimento e a soberania contra o entreguismo e a submissão aos interesses internacionais; e na concepção dos partidos de esquerda a reforma do Estado deve ser feita em direção oposta “deve ser desprivatizado e colocado efetivamente sob controle público e as estatais administradas de forma transparente, aperfeiçoando as técnicas de gestão pública, como por exemplo, adotando o contrato de gestão e estabelecendo metas a serem atingidas, entre elas a eficiência” (MORITZ, 2006, p. 198).

²² Para Maria Moritz, mais do que a polarização entre esquerda e direita, o debate entre os blocos esteve em torno do perfil do Estado: “o ‘novo modelo’ regulador versus o ‘antigo’ interventor” (MORITZ, 2006, p. 18).

²³ Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIII, nº. 7, 16/1/1998, p. 989.

²⁴ Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIII, nº. 116, 5/8/1998, p. 19698.

Os parlamentares petistas mostraram a necessidade do fortalecimento do Estado na luta contra a perspectiva neoliberal e a efetivação das privatizações no país. A aceitação das relações entre o Governo, a sociedade e as empresas privadas demonstrou a possibilidade da construção e da defesa parlamentar do projeto político para o país. A restrição da função estatal para fiscalizar e regular os serviços públicos representou o fim do Estado interventor e a efetivação do Estado gestor dos serviços. A participação da sociedade na gestão, na fiscalização e na regulação dos serviços corroborou a tentativa da crítica e da participação social nos serviços públicos privatizados.

Aqui a perspectiva de Eurelino Coelho sobre o transformismo é válida para pensar o caso dos parlamentares do Partido dos Trabalhadores. Para o autor, o transformismo é um elemento crucial para a construção / a reconstrução da hegemonia burguesa, quando amplia a classe dirigente, gera a desorganização dos grupos subordinados, dissolve os vínculos orgânicos com a classe trabalhadora por meio espontâneo ou intencional. Na sua análise sobre as tendências políticas do Partido dos Trabalhadores, o historiador percebeu que a mudança substantiva dos intelectuais com a classe ocorreu pela via burocrática e pela via intelectual.

Ora, este é precisamente o caso: o transformismo é um dos aspectos da dimensão política da relação entre os 'grupos sociais' no capitalismo, um dos *mecanismos ordinários da hegemonia* burguesa. E a hegemonia, como forma determinada da relação entre classes, opera na revolução passiva, mas não apenas nela (COELHO, 2005, p. 462).²⁵

Na prática, os deputados federais e senadores do PT estavam propondo medidas contra as consequências sociais e as privatizações – critérios nefastos do neoliberalismo – sem efetivamente pensar na derrocada neoliberal, construindo ideias para aproximar a sociedade do Estado e assim, justificar a participação social dentro do projeto político dos Governos Federais na década de 1990.

As consequências do neoliberalismo como desemprego e miséria para os trabalhadores e a má qualidade dos serviços públicos ocorreram concomitantemente a compreensão da cidadania como campo teórico e político na década de 1990. O caráter político foi fundamental para discussão das tentativas de esvaziamento do sentido original e

²⁵ COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital* – crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, Niterói, 2005.

inovador do conceito. Na perspectiva de Evelina Dagnino (1994),²⁶ a cidadania na década de 1990 contava com três dimensões: a luta por direitos, como igualdade e diferença; a experiência concreta cumulativa da construção da democracia; e o nexos constitutivo entre a transformação social e a construção democrática.

Neste momento, era necessário enfatizar a dimensão da cidadania em meio ao agravamento da fome e da miséria, da privatização sem limites do Estado e dos recursos públicos. A década de 1990 foi marcada pela dinâmica dos conflitos reais, pela luta e criação de novos direitos e pela constituição de sujeitos sociais ativos, com o alargamento das relações sociais igualitárias, a ampliação e a inclusão da sociedade civil nas propostas de reformas com a participação efetiva nas definições políticas e a conquista simultânea dos direitos civis, políticos e sociais marcaram a última década do século XX e mostraram a necessidade de redefinir a relação entre o Estado e a sociedade em um espaço público de conflito e da institucionalidade democrática.

A perspectiva de cidadania acima representada é similar à concebida pelo Partido dos Trabalhadores. No 8º Encontro Nacional, a cidadania como proposta partidária foi defendida no Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), considerado como importante instrumento para o combate da fome e da miséria e “com o objetivo de assegurar aos brasileiros um nível mínimo de renda capaz de prover suas necessidades básicas como um direito à cidadania” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 551). E no 11º Encontro Nacional, a proposta do Partido dos Trabalhadores na economia foi o desenvolvimento para a produção de bens de consumo de massa e para os serviços públicos essenciais, incluindo milhões de brasileiros, “que priorize as condições básicas da subsistência e cidadania” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 654).

A cidadania como proposta política na década de 1990 foi assimilada pelos partidos de esquerda no país, principalmente o Partido dos Trabalhadores, que construíram seus projetos políticos vinculando os movimentos sociais à institucionalidade democrática. A aceitação e a conformidade das esquerdas com o capitalismo, então vigente no Estado brasileiro, representaram a corroboração do projeto político combatido na década de 1980,

²⁶ DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, Evelina (org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994. pp. 103-115.

que nos anos 1990 foi ressignificado para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, e transformado na crítica a política neoliberal e na efetivação dos direitos sociais contidos na Constituição Federal de 1988.

A atuação do senador Eduardo Suplicy foi enfática para a efetivação da cidadania no país na década de 1990. No Senado Federal, entre os anos de 1990 e 1994, o senador defendeu a aprovação do projeto de lei que implantava o Programa de Garantia de Renda Mínima no país. O projeto foi aprovado em 16 de dezembro de 1991 e tinha o objetivo de melhorar a distribuição de renda e minimizar os graves problemas sociais no Brasil. Durante os cinco anos, o senador tentou aproximação entre o seu projeto e o do Governo Federal, por meio de estudos, de conferências e de seminários com a participação da sociedade e do Executivo, este, o qual, não demonstrou nenhum interesse em dialogar e em regulamentar o projeto aprovado no Senado. Para o senador, “se esse programa já estivesse vigorando, um trabalhador que estivesse ganhando o salário mínimo teria direito a mais 30% da diferença entre o patamar, por exemplo, de 200,00 reais e o seu nível de renda, o que elevaria a sua remuneração para mais de 100,00 reais”.²⁷

A divulgação do relatório do Banco Mundial em 1995 mostrou a situação da desigualdade social e da distribuição de renda no país e motivou a discussão do projeto sobre a renda mínima nos estados e nos municípios brasileiros. O PGRM estava fundamentado nas aspirações solidárias, justas e humanas com o objetivo de erradicar a miséria e a fome pelo acesso à cidadania e garantindo o princípio de participação de todos os brasileiros na riqueza do país. “É instrumento que redistribui a renda de maneira eficaz e direta. Contribui decisivamente para erradicar a miséria, um objetivo prioritário explicitado no art. 3º, inciso III, da Constituição Federal”.²⁸

O Governo Federal mostrou-se temeroso com os gastos sociais do projeto. A proposta governista limitava os custos para implantação do projeto em 1.200 milhão de reais. Para Eduardo Suplicy, o parecer sobre o substitutivo do projeto realizado pelo deputado Germano Rigotto (PMDB), relator na Comissão de Finanças e Tributação, e pelo economista André Urani, do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) mostraram a possibilidade de

²⁷ Diário do Congresso Nacional. Seção II, 19/01/1995, p. 844.

²⁸ Diário do Senado Federal. 1/5/1996, p. 7459.

erradicação da miséria do Brasil, por meio de investimentos em capital humano e na justiça social.

No primeiro ano, nos Estados do Piauí, Maranhão e Tocantins, o que atingiria cerca de 2.386.000 pessoas, de 25 anos ou mais, cuja renda não atinge R\$25 per capita, excluindo-se as famílias com renda acima de R\$720, tendo um montante anual de transferência de R\$1,381 bilhão, com benefício médio mensal de R\$48. Isso significaria, para os Estados mais pobres, justamente o início de um projeto, o início de uma esperança, o início daquilo que nós e o próprio Presidente avaliamos como uma utopia realista.²⁹

Para Eduardo Suplicy, a continuidade da defesa incansável do projeto para a garantia da cidadania como um direito de todos mostrou sua convicção em um direito universal – um mínimo de renda garantido ou uma renda de cidadania. “Vamos por etapas; não há problemas de se progredir por etapas, mas precisamos progredir com muito mais energia do que até agora o Governo vem empreendendo”.³⁰

A estabilização monetária era uma política social insuficiente para a sociedade brasileira. Para o senador, o impacto da estabilidade na diminuição da desigualdade e na distribuição de renda era limitado, principalmente porque “os programas implementados pelo Conselho da Comunidade Solidária não constituem políticas que transformem em profundidade os resultados de uma política econômica que, basicamente, continua a reproduzir um quadro marcado por gritante injustiça”.³¹ Para Suplicy, o PT estava disposto a negociar com o Executivo, e o Congresso Nacional estava disposto a receber sugestões para a melhoria do PGRM, para agilizar a votação do projeto.

Falo para os cidadãos que estão nos assistindo, que poderão discar para o Disque Cidadão, no número 0800-612211 - repito, 0800-612211 - e, assim, transmitir a sua mensagem ao Senador no qual votou; aos Senadores membros da Comissão de Assuntos Econômicos; ao Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador José Serra; ao Presidente do Senado Federal, Senador Antonio Carlos Magalhães; ao Presidente desta sessão, Senador Ronaldo Cunha Lima, 1º Secretário da Casa; enfim, a todos os Srs. Senadores, informando como devem votar no Projeto de Garantia de Renda Mínima.³²

Os valores defendidos por Eduardo Suplicy para o PGRM eram estímulos para a progressão das famílias na procura e na conquista do emprego, e no combate a ociosidade:

²⁹ Diário do Senado Federal. 25/10/1996, p. 17635-17636.

³⁰ Diário do Senado Federal. 4/2/1997, p. 3741.

³¹ Diário do Senado Federal. 7/3/1997, p. 5071.

³² Diário do Senado Federal. 21/10/1997, p. 22534.

“o benefício por família será uma proporção da diferença entre R\$60,00 vezes o número de pessoas na família”.³³ Contudo, o projeto do senador não teria apoio dos parlamentares no Congresso Nacional para aprovação.

O PFL, no ano eleitoral de 1998, divulgou o documento partidário que justificava seu posicionamento político como liberalismo social, que buscava as aspirações de liberdade e justiça social. Para Gabriela Tarouco, esta concepção surgiu entre as duas guerras mundiais, quando apareceu “a noção de *Estado necessário*, nem mínimo nem máximo, deveria coexistir com a livre iniciativa e a economia de mercado, associando ao liberalismo a defesa dos princípios de igualdade” (TAROUCO, 1998, p. 69).³⁴

Nesta perspectiva, o senador Edison Lobão (PFL) considerava fundamental as privatizações³⁵ e o projeto de renda mínima para a sociedade brasileira, “quanto ao programa social, à medida em que o país se aprofunda na privatização - e essa é também uma iniciativa a que somos favoráveis - é preciso que o Estado, aí sim, ingresse mais ativamente no social”.³⁶ Suplicy considerou oportunismo eleitoral a divulgação do documento com o apoio ao PGRM e duvidou da efetividade da erradicação da miséria no país pelo PFL, mas caso o documento “estiver expressando um desejo sincero, convido o referido partido a passar da retórica à prática”.³⁷

A crença no Programa de Garantia de Renda Mínima como minimizador dos problemas sociais no país corroborou a luta constitucional pela garantia dos direitos de todos os brasileiros. O uso do IPEA e da UFRJ como instituições capacitadas sobre o estudo da miséria no país representou o caráter inquestionável da defesa do projeto do PGRM. A defesa pela implantação do projeto baseada em conceitos abstratos como universalidade, justiça e solidariedade mostrou a opção do projeto político capacitado para minimizar, os problemas da sociedade e do país. A visão etapista da implantação do projeto demonstrou a moderação e o gradualismo da efetivação da proposta de cidadania, que não

³³ Diário do Senado Federal. 12/12/1997, p. 27945.

³⁴ TAROUCO, Gabriela. *O Partido da Frente Liberal: trajetória e papel no sistema político*. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1999.

³⁵ A perspectiva reformista do PFL é analisada por Denise Paiva Ferreira (2002) já no novo programa publicado no ano de 1995 reiterando os princípios liberais. FERREIRA, Denise Paiva. *PFL x PMDB: marchas e contramarchas (1982-2000)*. Goiânia: Alternativa, 2002.

³⁶ Diário do Senado Federal. 3/2/1998, p. 2107.

³⁷ Diário do Senado Federal. 3/2/1998, p. 2109.

questionou e não criticou o capitalismo e as desigualdades sociais existentes na sociedade brasileira, apenas procurou minimizá-las.

O final da década de 1990 marcou o tempo da crise no Estado brasileiro e da exigência de profundas reflexões e soluções para os problemas nacionais. Para o Partido dos Trabalhadores, a desconstrução nacional e a falta de políticas direcionadas para o social defendidas pelo governo do PSDB foram às causas da crise, “os problemas que afetam a maioria do povo brasileiro são estruturais e têm raízes históricas profundas. Decorrem da ação de uma elite poderosa, reacionária e predatória que se considera dona do poder, revela desprezo pelo povo e profunda aversão a qualquer reforma” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1999, p. 1).³⁸

O segundo governo do PSDB foi marcado por condicionamentos políticos e pela agenda de políticas públicas com o foco na política, na economia e nas reformas constitucionais.³⁹ Para Abrúcio e Couto (2003), “nunca houve um projeto completamente coerente e acabado de transformações do Estado” (ABRÚCIO E COUTO, 2003, p. 295), porque no período de oito anos prevaleceu o peso da estabilidade econômica como política pública, a falta de coordenação intragovernamental entre as áreas política, econômica e social e a falta de qualidade e de força política das agências regulatórias.

Para Basílio Sallum Jr. (1999), o ano de 1999 representou um processo de mudanças das bases na transformação política em direção ao pólo liberal-desenvolvimentista pelo Governo Federal, em que a falta de convicção do presidente em mudar para o liberal-desenvolvimentismo aconteceu por causa de uma maior articulação entre o Estado e a sociedade. Para o autor, este período envolve “o empobrecimento da população, a crise de janeiro e a elevação da inflação liquidaram o prestígio político difuso que sustentava boa parte do controle do governo sobre as várias arenas políticas”. (SALLUM JUNIOR, 1999, p. 45).⁴⁰

As perspectivas acima ignoraram a incapacidade do PSDB na manutenção do projeto político defendido e praticado a partir do ano de 1995 que mostrou como as decisões políticas do Governo Federal em priorizar a estabilidade econômica e ignorar a

³⁸ PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções do 12º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: PT/FPA, 2001b. 50p.

³⁹ ABRUCIO, Fernando Luiz; COUTO, Cláudio Gonçalves. O segundo governo Fernando Henrique: coalizões, agendas e instituições. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 15, n.2, p. 269-301, 2003.

⁴⁰ SALLUM Jr., Basílio. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 11, n.2, p. 26-51, 1999.

efetivação do método neoliberal na sociedade brasileira, por meio da incompetência das empresas privadas que adquiriram empresas públicas e das consequências na área social, principalmente o desemprego e a falta de cidadania.

No II Congresso Nacional, realizado em Belo Horizonte, entre os dias 24 e 28 de novembro de 1999, o PT responsabilizou o neoliberalismo pela crise existente no país, com a permanência da postura conformista e conservadora que impediu o crescimento econômico com a inclusão social e o pleno emprego. O partido reafirmou a proposta dos três eixos fundamentais: o social, o democrático e o nacional, articulando a luta institucional e a luta social para o êxito político. Neste momento, era importante derrotar a proposta do governo do PSDB e construir um governo popular com o apoio dos movimentos sociais e das lutas institucionais, pois “é preciso formar uma aliança social e uma coalizão política para governar” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1999, p. 19).⁴¹

A responsabilização da crise brasileira na elite do país mostrou a dificuldade do PT e das esquerdas em não terem superados e propostos soluções políticas. A proposta partidária ampliada para o social, o democrático e o nacional mostrou a dependência de acordos programáticos para efetivá-la no combate ao neoliberalismo. A presença do nacional na concepção do partido representou a necessidade da participação de todos, em uma aliança, em uma coalizão, porque somente o partido e os trabalhadores não tiveram forças políticas para vencer o governo do PSDB e o projeto neoliberal.

No 12º Encontro Nacional, realizado no Centro de Convenções de Pernambuco em Olinda, entre os dias 14 e 16 de dezembro de 2001, o PT definiu o fim da crise no país com o fim do modelo neoliberal corrupto, sem projeto social, com baixo salário mínimo e aumento do desemprego. O debate do projeto político do PT na disputa eleitoral em 2002 teve como característica: a mobilização do país, a unificação do partido, a credibilidade da política de alianças, o resgate da soberania nacional, a implantação de um programa de reformas e o fortalecimento das expectativas da sociedade brasileira, por isso “a grande tarefa das forças de esquerda é a construção de um modelo alternativo de desenvolvimento que promova a superação do neoliberalismo” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2001b, p. 3).⁴²

⁴¹ PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções do II Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores*. Belo Horizonte: PT, 1999.

⁴² PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções do 12º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: PT/FPA, 2001b.

O reconhecimento partidário das alianças para a derrota do neoliberalismo demonstrou a limitação do Partido dos Trabalhadores para mobilizar e convencer à sociedade brasileira da necessidade de mudanças estruturais no Brasil. A presença na Câmara e no Senado demonstrou o caráter institucional das lutas, das mudanças e dos projetos defendidos e praticados pelo PT, em concordância com a Constituição Federal e os limites legais da luta partidária.

Os deputados federais petistas propuseram no ano de 1999 a criação de um fórum de debate sobre a crise brasileira envolvendo a dívida dos Estados, o pacto federativo, o desemprego, o aumento da inflação, a redução do poder de compra e o corte nos proventos dos aposentados e dos pensionistas. Para Paulo Paim, o momento era estratégico para o questionamento dos rumos do país, para evitar o desastre e para promover do debate nacional do modelo econômico petista, “somente um enorme esforço coletivo de elaboração de alternativas que atendam às verdadeiras necessidades da imensa maioria dos brasileiros poderá se contrapor a esse ajuste que nos levará fatalmente ao ‘caos financeiro e ao caos social’, como acertadamente Itamar advertiu”.⁴³

Para os deputados federais governistas, a crise vivenciada no país no ano de 1999 era uma consequência do cenário internacional e marcada pelas oposições que não concordaram com as reformas, pois internamente o país estava funcionando. Para Adroaldo Streck (PSDB), as oposições valorizaram a crise com manifestações inconsequentes e vazias, porque “temos aí uma pequena turbulência, dada a condição do Brasil de país emergente. Somos o último país atingido por essa turbulência. Tenho muita crença de que o problema não se prorrogará por mais de trinta dias. Após esse período, nós, brasileiros, já veremos melhores rumos para o País”.⁴⁴

Para os parlamentares da oposição, a crise vivenciada pelo governo era política, pois o argumento de união nacional significou a incapacidade dos partidos governistas para solucionarem a situação da sociedade brasileira. Para Fernando Ferro, a oposição rejeitava a responsabilidade da crise e da proposta de união nacional, porque o desmanche da nação e o do país por meio da ação predatória dos capitais especulativos e financeiros não foi proposta pelo PT, e em “poucos dias depois de sua posse para um segundo mandato, S.

⁴³ Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIV, nº. 5, 9/1/1999, p. 1014.

⁴⁴ Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIV, nº. 15, 23/1/1999, p. 3625.

Exa. já demonstra um cansaço mortal, uma incapacidade. Não podemos concordar com esse tipo de procedimento”.⁴⁵

A crise no país atingiu as instituições políticas como o Congresso, paralisado e impune; o Executivo, com baixa avaliação da sociedade; e o Judiciário, envolvido em escândalos. Para José Genoíno, a crise institucional coincidiu com uma crise de perspectivas e de valores da sociedade, que era solucionada por meio da renovação, com a participação de todos “do Governo e da sociedade, da situação e da oposição, dos partidos e das Igrejas, das instituições públicas e das organizações sociais”.⁴⁶ Por isso, a renovação “deve ser ética, econômica, social, cultural e educacional. Enfim, o Brasil precisa dar-se uma perspectiva, encontrar um caminho, almejar um destino”.⁴⁷

A prática da oposição social, com propostas que ressaltassem o caráter público do Estado brasileiro e apontassem à degradação da República e a promiscuidade entre as esferas pública e privada, com privilégios e benefícios políticos foi defendida pelo Partido dos Trabalhadores. Para José Genoíno, as mobilizações nas ruas ofereceram ao poder instituído no país o recado para cuidar do bem público porque “este é um Brasil que, apesar de estar vivendo um sufoco, não deixou de sonhar em ser ainda um País soberano, ético, um País que democratiza as oportunidades e os direitos sociais”.⁴⁸ Para o deputado federal, a responsabilidade da oposição era para o preenchimento do vazio político com valores republicanos por meio do sentimento de revolta e de indignação da sociedade por ética, decência e seriedade nas instituições brasileiras.

A responsabilidade da Oposição, além de preencher esse vazio político, é grande. É preciso ter muita cautela diante da responsabilidade de nossos Governos. Se as instituições não forem reformuladas, poderão nos atingir, já que têm práticas e métodos viciados. Por isso, temos de ser muito rigorosos conosco mesmos, exatamente para que possamos ter credibilidade ao nos apresentarmos perante a população com uma proposta de transformação, de reformulação e de verdadeira mudança para nosso País.⁴⁹

A solução da crise existente na sociedade brasileira por meio de um esforço coletivo com a participação de todos e na defesa de valores republicanos, da ética e da moral

⁴⁵ Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIV, nº. 17, 27/1/1999, p. 3941.

⁴⁶ Diário da Câmara dos Deputados. Ano LV, nº. 41, 3/3/2000, p. 10259.

⁴⁷ Diário da Câmara dos Deputados. Ano LV, nº. 41, 3/3/2000, p. 10259.

⁴⁸ Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVI, nº. 29, 14/3/2001, p. 4914.

⁴⁹ Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVI, nº. 59, 27/4/2001, p. 17675.

corroborou o caso de transformismo vivenciado pelos deputados federais petistas.⁵⁰ Se os discursos dos deputados federais ressaltaram a necessidade ética e moral da política para a sociedade brasileira, a omissão e a falta de responsabilidade foram os argumentos dos parlamentares governistas que direcionaram para a oposição a responsabilidade pela crise, e isentaram o Governo Federal do PSDB da situação do país. E assim, os debates e o entendimento político foram ignorados na superação da crise do país.

A continuidade das privatizações, entre os anos de 1999 e 2002, mostrou a incapacidade e a insegurança no procedimento adotado pelo governo do PSDB, com a transferência do patrimônio público e a falta de investimentos da iniciativa privada, o uso de consultorias internacionais para avaliação das estatais, o desemprego, a miséria, a queda na qualidade dos serviços fornecidos e o aumento das tarifas. Neste momento, os setores elétrico, hidrelétrico, agropecuário, telefônico, rodoviário, ferroviário e o bancário foram os principais alvos da proposta privativa. Para José Genoíno, as empresas privadas estavam descumprindo os acordos prometidos nas privatizações colocando o Estado na situação de servilismo para a sustentação do mercado “e a sociedade? E a cidadania? As carências, as necessidades do consumidor não entram na esfera da prestação de serviços, da regulamentação e da fiscalização do Poder Público porque o Estado não tem instrumentos para isso”.⁵¹

A reação da oposição ao segundo momento das privatizações foi convidar profissionais especializados nas áreas para debater e procurar ideias e possibilidades e discutir perspectivas para viabilidade da melhoria da gestão do patrimônio público ou da venda para a iniciativa privada. Para José Genoíno, o modelo de privatização adotado no Brasil ficou em silêncio em relação às críticas da oposição sobre o mau serviço prestado para a sociedade brasileira, principalmente no setor elétrico e na telefonia, “esse modelo, que retirou o sentido público, universal, regulador e fiscalizador do Estado, está em crise e está colocando a cidadania na penúria”.⁵²

O estabelecimento de metas de longo prazo pelo Governo Federal era importante para a definição de uma ação política eficiente para o combate à miséria gerada pela política

⁵⁰ O conceito de transformismo é pensado aqui como um desvinculamento dos parlamentares petistas da classe trabalhadora, com propostas que não nasceram e nem foram defendidas, votadas e veiculadas pelos trabalhadores. Para Eurelino Coelho, a partir do momento em que os vínculos se distanciam “esses intelectuais de esquerda atuam agora como intelectuais orgânicos da classe dominante” (COELHO, 2005, p. 506).

⁵¹ Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIV, nº. 29, 12/2/1999, p. 6189.

⁵² Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIV, nº. 60, 8/4/1999, p. 14052.

neoliberal, principalmente porque a desigualdade de renda e a pobreza no Brasil mostravam números alarmantes. Eduardo Suplicy apresentou projeto de lei para a instituição da linha oficial de pobreza para a diminuição de desigualdades socioeconômicas por meio de critérios e metas que eram referências nas orientações das políticas sociais no país e ressaltando a necessidade da efetivação do Programa de Garantia de Renda Mínima para que todas as pessoas de país participassem da riqueza da nação, recebendo o suficiente para a sobrevivência.

Um complemento de renda seria garantido a cada família como um direito à cidadania, como um direito que a nenhum conselho ou grupo de pessoas seria possível retirar daquela família, uma vez que estaria bem definido, pelo Congresso Nacional, o direito inalienável daquela família, daquelas pessoas, daquelas crianças de estarem recebendo um mínimo de renda.⁵³

As propostas para a erradicação da pobreza combinaram o salário mínimo, a garantia de renda mínima, o imposto de renda negativo e o crédito fiscal por remuneração recebida. As opções eram mostradas por Eduardo Suplicy como forma do Governo Federal examinar e definir a política ser adotada. O senador se colocou à disposição do Executivo para o debate das propostas com maior profundidade e considerou que “em uma emergência – se estão ali as pessoas em condição de pobreza, se os alimentos nem chegam aos armazéns e lojas locais –, enviar cesta básica é válido. No entanto, tornar a distribuição de cestas básicas algo regular constitui, na minha avaliação, um atraso”.⁵⁴

O dinheiro das privatizações do sistema hidrelétrico brasileiro foi direcionado para o pagamento das taxas de juros e significou a entrega dos rios brasileiros que proporcionavam navegação, irrigação, turismo e energia. Para Virgílio Guimarães, a proposta de plebiscito era importante para a sociedade brasileira opinar e escolher entre privatizar ou não o país, “o momento da mobilização nacional, aproveitando as eleições, para criar uma consciência de soberania, de defesa de setores estratégicos, dos nossos rios, do nosso meio ambiente, do recurso natural do século XXI: a água”.⁵⁵

⁵³ Diário do Senado Federal. 20/11/1999, p. 31266.

⁵⁴ Diário do Senado Federal. 1/4/2000, p. 5791.

⁵⁵ Diário da Câmara dos Deputados. Ano LV, nº. 108, 15/6/2000, p. 31486. Para José Genoíno, “a privatização não é problema de princípios nem de ideologia; mas problema econômico, de racionalidade, de critérios que garantam, acima de tudo, o interesse público”. Diário da Câmara dos Deputados. Ano LV, nº. 190, 11/11/2000, p. 56401.

A eficiência e a competitividade das empresas privadas que compraram as estatais, consideradas ineficientes pelo Governo Federal, não foram colocadas em prática no Governo Federal do PSDB. A crítica ao neoliberalismo ressaltou os péssimos serviços prestados para os cidadãos brasileiros e reafirmou que a privatização não tinha relação nenhuma com qualidade e eficiência. O argumento da cidadania foi colocado em prática para a defesa dos brasileiros contra a pobreza e a miséria como um direito inalienável, consolidando a perspectiva constitucional.

Para Virgílio Guimarães, era importante o estabelecimento de barreiras – como o plebiscito – para o impedimento de privatização de empresas estatais e na defesa do patrimônio público como o Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e da Petrobrás. A proposta do plebiscito não conseguiu apoio, “essa proposição ainda não está tramitando porque o processo legislativo é lento, sem mencionar o fato de que o povo, as entidades de classe e as organizações não-governamentais têm barrado esse processo”.⁵⁶

A reforma de Estado, bandeira política do governo do PSDB, se transformou em disputa, atração e marketing político com a omissão do Estado ao permitir a legitimidade do lucro sem a condução da política econômica, sem o crescimento, sem a distribuição de renda e sem o atendimento das necessidades básicas da sociedade brasileira. Para José Genoíno, a modernização do Estado era fundamental, principalmente quando associada à política de produção e de crescimento econômico para solucionar os problemas sociais no país e era “necessário recuperar o papel do Estado público como garantidor do atendimento das carências da população brasileira. Esse é o debate que queremos realizar no processo eleitoral de 2002”.⁵⁷

As ações do Governo Federal foram modestas e insuficientes para a rápida ação na sociedade brasileira por meio do programa Bolsa-Alimentação, do Bolsa-Escola e do Cartão Cidadão, principalmente porque não atingiram todos os municípios brasileiros. Com este intuito, Eduardo Suplicy apresentou projeto de lei que instituiria a renda básica incondicional e de cidadania com o objetivo de implantar a igualdade econômica com a participação de todos na partilha da riqueza da nação e de evitar a burocracia e o estigma da pobreza.

⁵⁶ Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVI, nº. 166, 1/11/2001, p. 54892.

⁵⁷ Diário da Câmara dos Deputados. Ano LVII, nº. 60, 16/5/2002, p. 24404.

Quero assinalar um fato histórico hoje para o Congresso Nacional, para o Senado Federal: pela primeira vez na história das nações, o parlamento de uma nação votou a instituição de uma renda básica de cidadania.

Sr. Presidente, a partir de 2005, pelo projeto de lei aprovado hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos em caráter terminativo – há, porém, a necessidade de mais uma votação –, teremos o direito, todos os brasileiros e estrangeiros residentes há cinco anos ou mais no Brasil, de receber uma modesta renda - renda suficiente para nossas necessidades vitais. Caberá ao Poder Executivo estabelecer o montante dessa modesta renda, levando em consideração a capacidade econômica, a arrecadação financeira e o grau de desenvolvimento do país.

Tendo em vista que esta proposta está contida no Programa de Governo do PT, a partir de 2005, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva saberá dar os passos graduais para erradicar a fome, a pobreza e garantir dignidade e liberdade a todos os brasileiros.⁵⁸

As propostas de luta contra o neoliberalismo por meio do plebiscito, da necessidade de reafirmação do Estado e da renda básica de cidadania mostraram o limite da perspectiva parlamentar em relação à crítica ao projeto neoliberal. O plebiscito não teria apoio de todos os parlamentares; os servidores públicos eram criticados e desvalorizados pelos governistas deputados federais e senadores, ministros e pelo presidente da República neoliberal; e a renda básica de cidadania, que minimizaria a situação da pobreza com dignidade e liberdade para os brasileiros, nem sequer foi aceita como proposta política. A defesa da cidadania sob a perspectiva da dignidade e da igualdade mostrou o nivelamento dos brasileiros em conceitos abstratos dentro da situação política do país em torno do desemprego, dos baixos salários, da pobreza e da miséria dos trabalhadores brasileiros.

A forma inquestionável como o partido defendeu a função do Estado brasileiro delimitou a negação e a recusa partidária no projeto político neoliberal, que se colocou nos acontecimentos e na realidade política do país. O neoliberalismo colocado em prática no país não foi compreendido como uma fase do capitalismo mundial pelas esquerdas, pois nenhuma proposta apresentada entre os anos de 1990 e 2002 teve sustentação ideológica e vínculo com instituições internacionais. O debate político na década de 1990 direcionado para a participação de todos por uma sociedade justa, igualitária e solidária, realizado pelas esquerdas e, principalmente pelo PT, delimitou conceitos abstratos que fragmentaram e dispersaram a ação dos trabalhadores corroborada pelos parlamentares petistas que tentaram minimizar os efeitos do neoliberalismo na sociedade brasileira por meio da luta cotidiana no plenário da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

⁵⁸ Diário do Senado Federal. 11/12/2002, p. 25293.

Os discursos dos parlamentares do Partido dos Trabalhadores podem ser assim divididos: entre os anos de 1990 e 1998, criticaram a transferência do poder público para a iniciativa privada sem a participação da sociedade; propuseram a revisão do método governista de agir e o fortalecer as relações entre Governo, sociedade e empresas privadas como garantia da participação social nos serviços públicos privatizados; e defenderam a viabilidade do PGRM como garantia de direito constituído. Entre 1999 e 2002, os discursos proferidos foram: o questionamento do modelo vigente por meio de fóruns de debates – a perspectiva de crítica fiscalizadora – e da incapacidade governista para solucionar a crise; a necessidade de participação de todos para renovação do modelo com valores republicanos; a crítica ao Estado que não tem instrumentos para regular e fiscalizar as empresas privadas e os maus serviços prestados; a defesa do plebiscito e do Estado como necessário para a sociedade brasileira; e a renda básica incondicional e de cidadania – os projetos propositivos.⁵⁹

⁵⁹ Para Maria Moritz, os dados oficiais e exemplos concretos utilizados pelos deputados federais e senadores da oposição entre 1995-1999 mostraram “a postura de ‘oposição responsável’, em detrimento do rótulo de ‘denuncista’, frequentemente atribuído a eles pela base governista” (MORITZ, 2006, p. 104).